



Ata nº12

Ata da Sessão Ordinária de Assembleia de Freguesia de Ouca

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dezanove, na localidade do Rio Tinto, nas instalações da Escola Primária, situadas na Rua da Escola, nº 1, 3840-303 Ouca, pelas vinte e uma horas, teve início a sessão ordinária da assembleia de freguesia de Ouca, na presença de Tiago Manuel Ferreira Cardoso, presidente da Assembleia, que dirigiu os trabalhos e deu início à reunião. -----

----- Iniciados os trabalhos, o Presidente da Assembleia procedeu à chamada dos membros eleitos, tendo-se verificado as presenças dos seguintes cidadãos:

----- *Maria Fernanda de Jesus de Almeida Oliveira*-----

----- *Tiago Manuel Ferreira Cardoso* -----

----- *Luís Alberto de Jesus Rocha*-----

----- *Liliana de Oliveira da Cruz*-----

----- *Carlos Alberto Rocha Moreira*-----

----- *António Alexandre Almeida Santos*-----

----- *Alexandre Sérgio Barros Leite* -----

----- *Francisco Manuel Ferreira Silvestre* -----

----- Faltou à presente reunião, -----

----- *Wilson António de Oliveira Oliveira*-----



----- Abrindo o ponto um, foi lida a ata da reunião anterior, a qual foi colocada a votação, tendo sido aprovada com sete votos a favor e uma abstenção. Toma a palavra Liliana Cruz que chama atenção para um erro na última página da ata, onde consta janeiro, deveria estar maio. -----

----- Seguiu-se para o ponto número dois, “Período antes da ordem do dia, nos termos do artigo 52º da Lei 75/2013, de 12 de setembro”. -----

----- Toma a palavra o Sr. Francisco Silvestre que informa a junta da necessidade de alcatroamento urgente da curva, na estrada que faz a ligação Rio Tinto- Ouça, antes da 1ª ponte. Esta é uma curva bastante perigosa e que se encontra em avançado estado de degradação, decorrente das obras de saneamento naquele local, o que agrava ainda mais a perigosidade do local. É imperativo o alcatroamento daquela zona, para prevenir possíveis acidentes rodoviários. -----

----- Prossegue-se para o ponto número três: “Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e) do nº2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro”. -----

----- Antes do presidente intervir, toma a palavra o Sr. Alexandre Leite para recomendar a necessidade de uma maior brevidade no envio da informação escrita. O Sr. Alexandre Leite informa que recebeu a informação escrita no dia anterior à assembleia, sendo que a mesma está datada de 15 de junho, pelo que se a mesma foi realizada com tanta antecedência, deveria também ser enviada com antecedência. É impossível com tão pouca antecedência, os membros da assembleia estudarem os documentos para apresentarem as suas deliberações sobre os mesmos. -----

----- Toma a palavra o presidente de junta para fazer uma explicação detalhada da situação financeira da junta. Assim, no período compreendido entre 12 de abril de 2019 a 4 de junho de 2019, a receita da junta foi equivalente a 13.522,22 euros que



diz respeito sobretudo ao pagamento do fundo de financiamento de freguesias e ao pagamento do Acordo de delegação de competências. No que à despesa concerne, foram gastos 13.074,45 euros sobretudo com aquisição de serviços, despesas com pessoal e aquisição de bens. Quanto aos saldos de gerência, a junta de freguesia possuía, a 4 de junho de 2019, na conta da Caixa Geral de Depósitos, 11.967,32 euros. Na conta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo a junta detinha 11.467,59 euros. O total das contas perfaz um somatório de 23.434,91 euros. O ponto número três finda com o presidente a dar conhecimento das atividades desenvolvidas pela junta, no período acima referido, assim como as intervenções junto da câmara municipal. -----

----- Intervém o Sr. Alexandre Leite para questionar ao que se referem os 270 euros referentes a alocação de material informático, que se encontram detalhados na rubrica da despesa: aquisição de serviços. O presidente informa que este valor corresponde à mensalidade do software de gestão autárquica, que faz a contabilidade da junta e que fica a um valor mensal de 135,30 euros.

----- Segue-se para o ponto número quatro: “Apreciação e votação da” Primeira Revisão Orçamental de 2019”. Tem a palavra o presidente que explica aos presentes que esta primeira revisão orçamental de 2019 é efetivamente uma necessidade, uma vez que houve um valor de saldo de gerência que transitou do relatório de contas do ano transato de 2018 e que, tem de ser alocado ao orçamento deste ano, permitindo um aumento da despesa, uma vez que o orçamento não pode ser aprovado com excesso, dado que a junta de freguesia não pode fazer cativações. -----

----- O presidente continua dando conhecimento, de que transitou do ano passado, uma verba de 22.034, 93 euros, conforme o que consta do relatório de contas de 2018, aprovado em assembleia. Assim, esta revisão orçamental permite também algumas modificações ao mapa de revisão orçamental de despesa, nomeadamente os seguintes reforços/ alocações: reforço de 1500 euros para o dia dos moinhos



abertos; 14.734, 93 euros para viação rural; 3800 euros para a construção de rampa de acesso a portadores de mobilidade condicionada; 1000 euros para requalificação do bar da azenha; 1000 euros para construção de sanitários nos cemitérios de Carregosa, Rio Tinto e Tabuaço. Quanto ao plano plurianual de atividades, a única alteração para 2019 será, conforme referido em cima, a alocação de 1500 euros para o dia dos moinhos abertos. O presidente faz referência ainda que este saldo de gerência, que fica na posse do serviço, não pode nunca ser gasto em despesas correntes da junta, tem de ser sempre investido em despesas de capital. -----

----- Toma a palavra, o Sr. Alexandre Leite para levantar uma questão. Ao verificar o valor alocado à reabilitação de caminhos rurais, pretende saber se existe um plano definido para a intervenção nos mesmos. Responde o presidente de junta que informa que quando foi feita uma candidatura ao Fundo Recomeçar- Ambiente, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para arranjo dos caminhos rurais da freguesia se definiram quais os caminhos a intervencionar, tendo em conta aqueles que a proteção civil definiu como prioritários quanto à necessidade de intervenção nomeadamente, o caminho do ribeiro (de São Romão ao Rio Tinto); o caminho da pedreira (por haver lá uma exploração agrícola que precisa de boas condições para que o camião do leite lá possa passar) e o caminho das Mascarenhas (que vai desde a azenha até a baixo do lar) e, no caso de ainda haver verba, o caminho do forno (que liga a bloqueira ao São Gregório e necessita de intervenção, por ser um acesso À nova feira da palhaça). A primeira revisão orçamental de 2019 é levada a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com 7 votos a favor.

----- Dá-se início ao ponto número cinco: “Apreciação e votação da Proposta da Junta de Freguesia sobre o decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, retificado pela declaração de Retificação nº21/2019 – Transferências de Competências para as Juntas de Freguesias”. Intervém o presidente de junta lembrando que, no início do ano, foi trazida à assembleia uma proposta de delegação de competências para as juntas de freguesia, sobre a criação de um espaço do cidadão. Entretanto, voltou a



sair um novo decreto-lei, com uma nova proposta de delegação de competências para as juntas de freguesia. O presidente continua afirmando, que esta proposta, na sua opinião não é exequível, no concelho de Vagos, uma vez que nenhuma das juntas de freguesia do concelho terá capacidade funcional (ao nível de competências técnicas e logísticas) para as executar. Esta delegação de competências prende-se então com a emissão de uma série de atestados e a emissão, por exemplo, de licenças para atividades itinerantes (como o circo). Aliás o presidente explica a dificuldade de uma junta adquirir estas competências, exatamente com o exemplo do circo: se este quiser atuar na freguesia, com a nova delegação de competências, seria encargo da junta passar uma licença da veterinária (por causa dos animais), outra licença da proteção civil, etc... Uma vez que a junta não possui técnicos para passar estas licenças, obrigatoriamente teria de recorrer ao município para lhe conceder as mesmas, pelo que não faz sentido a junta aceitar esta delegação de competências, não tendo meios para as executar.

----- Assim, o presidente informa que quanto a este tema, reuniram as oito freguesias do concelho com o município, nas pessoas dos seus presidentes. Deliberou-se então, em reunião, estabelecer um acordo, com o município, de recusa da deliberação das competências enumeradas neste decreto-lei, para os anos de 2019 e 2020, correndo o risco de em 2021 as mesmas serem implantadas, uma vez que a lei assim o prevê. A câmara municipal enviou a minuta deste acordo que foi estabelecido e toda a documentação relativa à recusa desta delegação de competências e o executivo de junta resolveu então trazer este acordo à reunião de assembleia, para que a mesma se pronuncie sobre a aceitação ou recusa do mesmo. A assembleia vai a votação aceitando a Proposta da Junta de Freguesia, sobre o decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, retificado pela declaração de Retificação nº21/2019 – Transferências de Competências para as Juntas de Freguesias, com 7 votos a favor (aprovada por unanimidade). -----



----- Segue-se para o ponto número seis da convocatória “Apreciação e votação da” Proposta da Junta de Freguesia sobre a Petição Pública para alargamento da rede de fibra ótica para o lugar do Rio Tinto”. Intervém o presidente de junta para referir que, o executivo de junta foi abordado no mês de abril, por alguns habitantes da localidade de Rio Tinto, que se queixavam dos constrangimentos alargados no acesso à internet, naquela localidade. A junta resolveu então iniciar uma petição pública para fazer chegar a uma grande empresa do ramo, estas queixas e tentar resolver a situação. Assim, foi colocada uma petição em papel na junta e outra para assinatura online, mas verificou-se que as pessoas que assinavam uma, eram muitas vezes as mesmas pessoas que assinavam a outra e, por isso, optou-se por manter apenas a petição online. Então, reuniram-se 52 assinaturas que, por sua vez, irão ser remetidas à empresa de telecomunicações, para saber se haverá possibilidade de instalação de fibra ótica, na localidade de Rio Tinto. A assembleia abre a votação, tendo esta proposta sido aprovada, por unanimidade, com 7 votos a favor. -----

----- A reunião continua com o sétimo, e último, ponto da convocatória: “Intervenção do Público nos termos do nº1 do artigo 49º da Lei 75/2013 de 12 de setembro”. -----

----- Toma a palavra, o Sr. Vítor Almeida para questionar se relativamente à petição para o alargamento da fibra ótica, se as 52 assinaturas foram todas de residentes da localidade do Rio Tinto. O presidente responde afirmando que este é um valor que não se consegue precisar. Intervém também Liliana Cruz, para dizer que das assinaturas houve algumas que não eram de pessoas do Rio Tinto. Prossegue o Sr. Vítor Almeida para perguntar se o prestador de serviços, da gestão da contabilidade da junta continua a ser a empresa Globalsoft, ao que o presidente responde que sim e que, aliás, se conseguiu uma reformulação do contrato com esta empresa, uma vez que, antigamente o prestador de serviços fazia visitas mensais à junta e agora, sendo o executivo a fazer o lançamento de faturas, o prestador de serviços apenas faz uma visita trimestral para fazer a retificação dos mesmos, poupando-se por isso



em deslocações. O presidente revela ainda que a reformulação do contrato com esta empresa permitiu uma poupança de cerca de 200 euros trimestrais à junta (já incluindo o Iva e as deslocações do prestador de serviços). O Sr. Vítor Almeida questiona também se a obra da rampa para pessoas com mobilidade condicionada, no cemitério de Ouça, já está terminada. O presidente responde que não, mas que espera até à data da celebração os fiéis defuntos ter a obra terminada, obra esta que inclui ainda a requalificação das floreiras, o reboco do muro e a implantação de varandins. O Sr. Vítor Almeida questiona ainda sobre este assunto, qual o custo total da obra, ao que o presidente responde que ainda não tem uma estimativa, pois ainda não tinha recebido o orçamento do empreiteiro. O Sr. Vítor Almeida questiona ainda, qual o tempo estimado de atuação do herbicida que a junta de freguesia mandou colocar nas bermas. O presidente explica que inicialmente o executivo desconfiou da eficácia do produto, até porque o prazo de validade do mesmo estava perto do fim, pelo que a eficácia do mesmo poderia estar comprometida, mas graças às boas condições climáticas que se fizeram sentir após a aplicação do produto, o mesmo começou a atuar de forma eficaz. Agora prevê-se que os efeitos do herbicida tenham uma duração de cerca de 6 meses. O presidente explica ainda que a aplicação de herbicida é preferível à monda térmica, na medida em que a máquina de monda térmica é extremamente cara (cerca de 37000€ mais IVA), impossibilitando a junta de freguesia de uma compra de valor tão alto; explica também que a aplicação do herbicida foi feita por dois prestadores de serviços da junta devidamente credenciados para este efeito e que a quantidade de herbicida aplicado deu apenas para fazer cobertura às zonas urbanas. -----

----- Toma a palavra o Sr. Alexandre Leite para questionar se já há previsão de uma data para a intervenção na escola primária da Carregosa. O presidente refere que esta é uma boa questão e aproveita a mesma para fazer uma elucidação dos presentes, quanto ao estado de andamento de alguns dossiers que se encontram na câmara municipal:



- ✓ Quanto à escola primária da Carregosa, explica o presidente que, a câmara municipal de Vagos incluiu esta reparação numa candidatura de apoio à reparação dos estragos, causados pela tempestade Leslie. O presidente explica que esta obra é um dos espelhos da inércia e incapacidade da câmara, na medida em que, é uma obra que custa 2500 e não 25000 euros e, mesmo assim, a câmara não tem capacidade de a executar. A junta, dentro das suas competências, tem realizado pequenas reparações, nas antigas escolas primárias, mas esta obra é uma competência da câmara e esta junta não consegue compreender este atraso da câmara municipal, tendo em conta que esta reparação foi pedida pela junta à câmara, há mais de um ano e é uma intervenção de relativo baixo custo. O presidente refere mesmo que não consegue dar uma data prevista para o início da obra, tendo em conta que a resposta que recebeu da câmara municipal foi “vai iniciar-se em breve”. -----

- ✓ O presidente continua informando que a comissão de pais das crianças do jardim de infância de Ouça, entregou dois abaixo-assinados, por causa do parque infantil deste estabelecimento, que foi encerrado por não ter condições de segurança. A câmara fez um ajuste direto para a intervenção nos parques infantis, e esta operação deve começar em julho, pelo parque infantil da Vagueira. O presidente pede que fique mesmo registado em ata, que o vereador do pelouro da educação da câmara municipal de Vagos, o professor Pedro Bento, o informou de que em julho, começavam as obras de requalificação dos parques infantis, nas quais se insere o parque infantil de Ouça. -----
- ✓ O presidente continua dando conhecimento de outros dossiers que continuam por resolver, devido à inércia da câmara municipal. Revela que fez, na semana passada, um ano, que foi registada na câmara a necessidade de substituição de um dos postes de iluminação do recinto da festa do Rio Tinto, por falta de uma tampa no mesmo. Este executivo foi informado, pelo engenheiro Paulo Sousa da câmara municipal, de que poderia ficar



descansado, uma vez que os postes iriam todos eles ser substituídos por uns novos, mais atuais e que os que lá estavam ficariam de reserva, para fazer substituições pontuais, em locais onde ainda permanecessem postes daquele género. A verdade é que continuamos, até hoje, à espera dos postes. Preferíamos que tivessem substituído a tampa do que já lá estava, talvez tivesse sido mais rápido. -----

- ✓ O presidente continua dizendo que uma proposta desta junta de freguesia à câmara municipal, era tentar abrir um processo para colocação da Rua Professor Ernesto de Almeida Neves, em Ouça, uma rua de sentido único. O presidente afirma que foram vários os moradores de Ouça a pedir o sentido único, para aquela rua, e o que o presidente informou à Comissão de Trânsito é que, a concretizar-se será feita antes uma auscultação pública para saber a vontade do povo. Quando questionada sobre este assunto, a sr^a vereadora respondeu que aquela rua não poderia ser de sentido único. Quando questionada de novo, pelo presidente de junta do porque de não poder ser de sentido único, a vereadora foi incapaz de responder, repetiu apenas que não podia. -----
- ✓ O presidente coloca ainda outro caso: há algum tempo atrás o banco pediu para que fosse colocada em frente à sua estrutura, uma rampa de acesso a pessoas com mobilidade condicionada. Ora aquilo é um espaço público, logo quem pode definir o que se pode, ou não, lá colocar é a Câmara. Ora a resposta do Dr. ???, foi “epá eles que façam, não há problema nenhum”. Este senhor também foi incapaz, pois ele é que tem a responsabilidade de responder aos três pedidos que a junta lhe fez, a dizer que “a caixa de crédito agrícola mútuo pediu à junta, a junta remeteu à câmara para esta se pronunciar sobre que tipo de rampa lá pode ser colocada e qual a dimensão da mesma”. Não é apenas chegar ali e fazer o que simplesmente apetece, na via pública não se pode fazer o que se quer. E esta é a mesma câmara municipal que andou anos a cobrar esplanada, à pastelaria em frente ao banco, porque foi incapaz de perceber que aquilo era um espaço privado.



Entretanto houve naquele local um desabamento e o executivo da junta questionou a câmara se aquilo era um espaço público e foi o Sr. Cláudio Curto quem remeteu passados dois meses um email da engenheira Isabel, a dizer que aquilo era espaço privado e, como tal, não poderiam fazer nada. No entanto, andaram anos a cobrar explanada, no mesmo espaço, que, pelos vistos era privado. -----

- ✓ O presidente recorda ainda outra situação com a câmara municipal. Houve um privado que há cerca de três anos, no seguimento da limpeza das levadas, partiram-lhe uma parte da propriedade. O senhor deslocou-se à junta e pediu à mesma que lhe fornecesse um tubo para fazer uma passagem de água e o resto da obra ficava por sua conta. A junta, por acaso tinha um tubo, mas era de dimensão maior ao requerido pelo senhor. A junta remeteu esta assunto à câmara, numa destas habituais reuniões, para que a câmara pudesse disponibilizar o tubo. Este tubo demorou a chegar apenas e só, um ano. -----
- ✓ O presidente volta-se agora para a situação de uma curva na Carregosa, antes da ponte da A17, onde o proprietário da habitação ao lado, vê o seu muro, ser levado cada vez que ali há despistes, o que é frequente. Este mesmo proprietário também se queixa da queda de árvores dos pinhais circundantes à sua habitação, nos períodos invernosos. A junta remeteu à câmara e pediu duas coisas simples: um parecer da proteção civil sobre o risco de queda dos pinheiros/ eucaliptos, naquele local, onde muitos inclusive já estão secos. A proteção civil comunicou que não havia risco de queda. O outro pedido era colocar naquela curva melhor sinalização e talvez uma baia de betão que, caso houvesse despiste, bateriam primeiro no betão e não diretamente na habitação. Ainda nos encontramos a aguardar a análise da comissão de trânsito. -----
- ✓ O presidente prossegue ainda referindo que, numa conversa informal em frente à junta de freguesia, com elementos da câmara, fizeram a proposta de deslocar a passadeira para peões que se encontra em frente à junta de



freguesia, mais para perto do posto de saúde e talvez até, fazer a passadeira com lombas, que ao mesmo tempo serviria de redutor de velocidade numa zona onde os carros andam tão depressa. A resposta dos membros da câmara foi “o melhor é pôr lá buracos que a malta assim abranda”. -----

- ✓ Por último, quanto à sinalização, o presidente explica que a junta de freguesia fez um levantamento da sinalização toda em falta na freguesia, uma vez que a reposição da sinalização vertical é da competência da junta. Então, foi pedido à câmara que enviasse o cadastro da sinalização, ao que a câmara respondeu que não havia. Ora sem um cadastro, a junta não pode colocar a sinalização. -----

----- Para constar e para os devidos efeitos se lavrou a minuta da presente ata, sendo a mesma lida em voz alta e levada a votação pela assembleia, tendo sido aprovada por unanimidade (7 votos a favor), sendo de seguida assinada pelos membros da mesma. -----

----- Não tendo sido apresentado mais nenhum assunto a esclarecer, toma a palavra Tiago Cardoso, presidente da assembleia: -----

----- Declara a sessão encerrada agradecendo a todos a sua presença e a forma ordeira como a sessão decorreu. -----



-----Ouça, vinte e nove de junho de dois mil e dezanove-----

-----O Presidente da Assembleia da Freguesia

----- (Tiago Manuel Ferreira Cardoso)

-----O Primeiro secretário da Assembleia

----- (Luís Alberto de Jesus Rocha)

-----O Segundo secretário da Assembleia

----- (Liliana de Oliveira da Cruz)